

**Datafolha/ACT: população se preocupa com doenças crônicas
não transmissíveis e mudanças climáticas**

A maioria da população brasileira reconhece os principais fatores de risco relacionados às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), percebe as mudanças climáticas influenciando na saúde e aponta a importância de ampliar o acesso à informação e a transparência das empresas para enfrentá-las. Esta é a conclusão de uma pesquisa inédita feita pelo Instituto Datafolha sob encomenda da ACT Promoção da Saúde no âmbito do projeto Prevenção 360º, apoiado pela Umane, em 117 municípios das cinco regiões do país, com 2.000 entrevistas com pessoas acima de 16 anos, e 1.913 acima de 18 anos, entre os dias 4 e 6 de maio.

A pesquisa foi iniciada com perguntas para verificar se a população entende que as DCNT, como pressão alta, câncer, diabetes, doenças do coração e respiratórias, estão relacionadas com fatores de risco. Para 92% dos entrevistados, o principal fator para essas doenças é o tabagismo, inclusive os cigarros eletrônicos, e para 83%, o alto consumo de bebidas alcoólicas. Já a alimentação não saudável, com ingestão de muitos produtos ultraprocessados e poucas verduras e vegetais, é apontada por 80% das pessoas como relacionada às DCNTs, enquanto 78% identificam o sedentarismo e a poluição do ar como fatores de risco.

Pela primeira vez, o levantamento investigou também a percepção da população sobre a influência das mudanças climáticas nas DCNTs. O resultado mostra que 81% dos brasileiros acreditam que eventos como ondas de calor, enchentes e tempestades aumentam o risco de desenvolver essas doenças.

O Datafolha apresentou, de forma alternada, quatro meios de se combater as DCNTs para que cada pessoa pudesse escolher até duas opções que considerassem mais efetivas. Quando perguntados sobre as medidas mais efetivas para combater as DCNTs, os entrevistados demonstram valorizar ações que ampliem o acesso à informação e fortaleçam a responsabilidade das empresas. Para 56%, a medida mais importante é que as empresas expliquem claramente o que seus produtos contêm e quais riscos oferecem à saúde. Outros 53% defendem ampliar as informações na TV, internet e redes sociais sobre prevenção dessas doenças. O comportamento individual também teve destaque com 52% dos entrevistados dizendo que “cada pessoa deve tomar os cuidados para não desenvolver essas doenças”. A adoção de medidas comprovadamente eficazes para a saúde pública, por meio de legislação, teve apoio de 33%.

Para a ACT, esses dados revelam que, embora a população reconheça os principais fatores de risco para DCNT, a prevenção ainda é frequentemente percebida como responsabilidade individual. Porém, escolhas pessoais são feitas em ambientes moldados por desigualdades

sociais, estratégias de marketing e lobby de grandes indústrias. Por isso, enfrentar as DCNT exige ir além da informação e do autocuidado: requer políticas públicas capazes de tornar os ambientes mais saudáveis e proteger a população de práticas que aumentam riscos à saúde.

Nesse sentido, o apoio de 33% a medidas legais indica uma oportunidade de ampliar o debate sobre o papel do Estado, mostrando que as regulações não limitam a liberdade individual, mas criam condições mais justas para que ambientes saudáveis possam levar a escolhas saudáveis. "Os resultados mostram que os brasileiros já reconhecem que as doenças crônicas são influenciadas por diversos fatores, inclusive pelas mudanças climáticas. O próximo passo é ampliar a compreensão de que a prevenção depende também de ambientes saudáveis, políticas públicas e da responsabilidade das empresas na proteção da saúde", afirma Thais Junqueira, superintendente-geral da Umane.

Aproveitando as eleições, o Datafolha também perguntou se as pessoas votariam em candidatos que tenham apoio das indústrias que fabricam produtos nocivos. Setenta e sete por cento não votariam em candidatos apoiados pela indústria do tabaco, 68% não votariam nos apoiados pela indústria de álcool e 58%, pela de ultraprocessados. Sessenta e seis por cento não votariam em políticos que apoiam empresas de agrotóxicos. "Como uma democracia ainda em processo de consolidação, temos muito a avançar na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Esse caminho depende da formação de cidadãos que compreendam o valor das políticas públicas e reconheçam seu papel na defesa do interesse coletivo. É essa cidadania ativa e consciente que estabelece o equilíbrio necessário entre o Estado e a iniciativa privada, assegurando que o interesse público prevaleça nas decisões que afetam a sociedade", diz Marília Albiero, gerente de Inovação da ACT Promoção da Saúde.

Prevenção 360º

Sobre a relação das mudanças climáticas e a saúde, a ACT entende que é preciso investir esforços para a conscientização a respeito do tema. No ano passado, lançamos uma campanha mostrando os impactos ao meio ambiente dos produtos que fazem mal à saúde, que foi muito bem recebida pelo público, e voltou ao ar em junho. O objetivo é mostrar que esses produtos, como cigarro, vapes, álcool e ultraprocessados têm problemas desde a cadeia produtiva, com contaminação de leitos de rios, mananciais e desmatamento, até o descarte de forma inadequada, que causa poluição de mares e oceanos, entre outros problemas.

A partir dessa experiência, a ACT, com apoio da Umane, tem trabalhado com o conceito de prevenção 360º, uma abordagem integrada para o enfrentamento dos fatores de risco das



DCNTs, reconhecendo as interconexões entre a saúde e o meio ambiente. Ela busca colocar essas doenças como prioridade na agenda pública de saúde, contribuindo para a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa, o fortalecimento do SUS e a redução da sobrecarga dos serviços de saúde e do orçamento público. Como se sabe, o grupo das DCNTs é responsável por 74% das mortes, em todo o planeta, e 53,9%, no Brasil.

A pesquisa Datafolha/ACT 2026 está disponível em:

<https://actbr.org.br/biblioteca/pesquisa-datafolha-act-2026/>

Mais informações

ACT Promoção da Saúde

Angélica Brum: angelica.brum@actbr.org.br

+55 21 98177-2277

Umane

Lucas Assumpção: lucas.assumpcao@analitica.inf.br

+55 11 94494-6787